



RELATÓRIO E CONTAS

EXERCÍCIO DE 2006

APROVADO EM ASSEMBLEIA GERAL
DE 16.04.2007

LUSA-AGÊNCIA DE NOTÍCIAS DE PORTUGAL, SA

ÓRGÃOS SOCIAIS

ASSEMBLEIA GERAL

Presidente da Mesa:	Dra. Teresa Isabel Carvalho Costa
Vice-Presidente:	Dr. José Manuel Pessoa Amorim Durão
Secretário:	Dra. Maria Teresa Gonçalves Ribeiro

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Presidente:	Dr. José Manuel dos Reis Barroso
(Administrador Delegado)	
Vice-Presidente:	Prof. Doutor Gustavo Alberto Guerreiro Seabra Leitão Cardoso
Vogal:	Dr. José Clemente Gomes
Vogal:	Dra. Maria de Lurdes Pereira Moreira Correia de Castro
Vogal:	Dr. Amável Afonso Barata Camões
Vogal:	Dr. Rogério Paulo de Saldanha Pereira Vieira
Vogal:	Dra. Maria Margarida Zapico R. B. de Carvalho Salgado

CONSELHO FISCAL

Presidente:	Dra. Maria Leonor Saldanha Pereira Carreira da Cunha Torres
Vogal:	Dr. João António Oliveira Pires
Vogal ROC:	Vítor Almeida & Associados, SROC, Lda.

ÍNDICE

I - RELATÓRIO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	5
II - DOCUMENTOS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS	22
III - RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL E CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS	51

LUSA-AGÊNCIA DE NOTÍCIAS DE PORTUGAL, SA

I. RELATÓRIO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

RELATÓRIO & CONTAS 2006

RELATÓRIO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Exmos. Senhores Accionistas,

Dando cumprimento às disposições legais e estatutárias, vem o Conselho de Administração da Lusa – Agência de Notícias de Portugal, S. A. submeter à apreciação dos Senhores Accionistas o Relatório de Actividades e Contas relativo ao ano de 2006.

1. A actividade da Lusa continuou em 2006 a ser influenciada pelo Plano de Reestruturação, Contenção e Equilíbrio aplicado pelo Conselho de Administração para o triénio 2003-2005, e que o actual Conselho de Administração, eleito em Assembleia Geral de 31 de Março de 2006, para o triénio 2006-2008, assumiu ao ratificar o Plano de Actividades e Orçamento para 2006 que havia sido aprovado pelo Conselho que o antecedeu. Em consequência desse plano e da continuada observância das políticas de rigor e de contenção de custos, os resultados da exploração da Agência continuam a apresentar um desempenho positivo, ainda que inferior ao do ano transacto.
 - 1.1. Em 31 de Dezembro de 2006 a Lusa apresentou um resultado operacional de € 1.974.342,68, inferior em cerca de 32,29% (942 milhares de Euros) ao do ano transacto, efeito da conjugação do aumento de 1,73% do total de proveitos operacionais e do acréscimo de 8,26 % dos custos da mesma natureza, resultantes sobretudo das operações de reestruturação da Direcção de Informação.

1.2. O resultado líquido do exercício, no montante de € 1.057.676,57, evidencia um decréscimo de 43,02 % face ao alcançado no ano anterior, como resultado da diminuição verificada nos resultados operacionais.

2. Contrato com o Estado

2.1. O pagamento regular e atempado pelo Estado da indemnização compensatória, fixada pelo Contrato de Prestação de Serviço Público, no final de cada um dos trimestres, contribuiu para manter a estabilidade na Agência e permitiu a prossecução de critérios de gestão e de planeamento mais rigorosos. No entanto, o pagamento da quarta parcela de 2006, no valor de € 4.168.198,02 só foi creditado a 3 de Janeiro de 2007.

2.2. Terminando a vigência em 31 de Dezembro de 2006, foi apresentada uma proposta de revisão do Contrato de Prestação do Serviço Público, que se encontra em negociação.

3. Mercado

3.1. Respondendo aos sinais de estabilização do mercado tradicional da Agência – órgãos de comunicação em geral e instituições –, a Lusa continuou a desenvolver a sua actividade na procura de outros segmentos de mercado.

3.2. Esta abordagem dos mercados pela Direcção Comercial e de Marketing (DCM) conduziu a uma renegociação favorável de contratos e à captação de 47 novos clientes. A Agência manteve a fidelização dos seus clientes – mesmo dando o mercado sinais de crescente fragilização.

- 3.3. A Direcção Comercial e de Marketing reforçou a área de negócio de vendas de exclusivos e de *features* aos seus clientes, numa acção concertada com a Direcção de Informação, iniciativa que mereceu adesão positiva por parte dos clientes.
- 3.4. A operação Lusa TV registou um decréscimo de resultados directos, devido ao aumento dos recursos humanos afectos a esse serviço e consequente acréscimo de encargos motivados pela nova política editorial da Direcção de Informação.
- 3.5. A operação da Lusa em Macau registou uma estabilização dos proveitos, resultante da manutenção dos vários contratos estabelecidos com diversas instituições da região.
- 3.6. A operação da Lusa no Brasil registou um desempenho positivo, resultante dos proveitos directos e de contratos celebrados com instituições que decidiram apoiar o projecto.

4. Arquivos e Imagem

- 4.1. A Direcção Comercial e de Marketing prosseguiu os trabalhos no âmbito do projecto SPHAENA – Safeguard of Photographic Historical Archives of European News Agencies, patrocinado pela Comissão Europeia, em parceria com as agências de notícias europeias ANSA (Itália), BELGA (Bélgica), MTI (Hungria) e PAP (Polónia). O projecto tem o valor de cerca de € 280.000, dos quais a Lusa já recebeu 75 %. No final do ano de 2006 tinham sido já recuperados mais de 6.500 fotogramas.
- 4.2. No âmbito da promoção da imagem da Agência, a Lusa organizou, com o apoio de outras entidades, a exposição “Portugal – 20 anos de Adesão à CEE”, na Assembleia da República, em Lisboa, Santarém,

Setúbal, Cadaval, Faro, Coimbra, Castelo Branco, Beja, Bragança, Elvas, Braga, Porto, Angra do Heroísmo, e Luxemburgo.

- 4.3. A Lusa candidatou-se ao projecto Europhoto, promovido pela Comissão Europeia, com oito agências congéneres da Europa. O projecto visa a recuperação e futura disponibilização do “arquivo fotográfico europeu”.

5. Tecnologia

- 5.1. A Lusa assinou um contrato com a Athens Technology Center S.A., para o fornecimento de sistema de software integrado para Gestão de Notícias para computador, “News-Asset – Agency Edition”, em 17 de Julho de 2006, na sequência dos estudos de mercado para o fornecimento de uma nova plataforma informática, alternativa ao projecto SGC/SGR.
- 5.2. O planeamento da nova plataforma informática, designada “LUNA” (Lusa News Asset), ocorreu no rigoroso cumprimento dos objectivos, prazos acordados e custos estabelecidos, devendo entrar em produção no final do primeiro semestre de 2007.

Este novo sistema substituirá quase todos os sistemas actualmente em uso, nomeadamente: SIR – tratamento texto, Symphonia – tratamento foto, Lusa.pt, LusaFoto, LusaArquivo – sites Internet, SAENG – arquivo, texto e agenda. Desta forma, o LUNA permitirá uma grande consolidação física e lógica dos sistemas e da informação produzida pela Lusa. Adicionalmente, irá proporcionar a sistematização de outras áreas da empresa – por exemplo na área comercial: serviços, preços e clientes – e várias novas funcionalidades.

O sistema LUNA permitirá, ainda, dar um passo nas áreas da produção, da distribuição e do arquivo de conteúdos multimédia; e

também a criação de serviços multimédia, permitindo desta forma abranger outros segmentos de mercado.

5.3. No âmbito da reestruturação da Direcção Técnica, e na sequência da consulta ao mercado para o fornecimento de uma solução de *outsourcing* global e tecnologias de informação, entre as propostas candidatas, foi seleccionada a apresentada pela PT Prime.

6. Recursos Humanos

6.1. Durante o ano de 2006 prosseguiu-se a política de rigor na gestão dos recursos humanos e no cumprimento das disposições legais foram integrados nos quadros da Agência onze colaboradores com vínculo precário.

6.2. Seis trabalhadores da Direcção Técnica rescindiram o contrato com a Lusa e transferiram-se para a e-Chiron, no âmbito do acordo global com a PT- Prime.

6.3. O Acordo de Empresa foi actualizado nas cláusulas pecuniárias tendo sido fixado um aumento de 2,3 % na Tabela.

6.4. Realizaram-se acções de formação profissional na Direcção Técnica destinadas à actualização e aperfeiçoamento em novas ferramentas utilizadas na Agência.

6.5. O Conselho de Administração decidiu denunciar o Acordo de Empresa, em 20 de Julho de 2006, face ao impasse a que se chegou nas conversações com os sindicatos. As negociações foram retomadas em 13 de Outubro de 2006, tendo-se registado progressos significativos e alcançado já alguns consensos.

6.6. Registaram-se alterações significativas na estrutura da Direcção de Informação como será explicitado no ponto seguinte.

7. Informação

- 7.1. Durante o exercício foi alterada a composição da Direcção de Informação, sendo considerado útil, nesta fase da empresa, o recurso a jornalistas recrutados no exterior. Foram indicadas à nova Direcção de Informação como linhas mestras para a sua actuação as contidas no Plano de Actividades para 2006.
- 7.2. A nova Direcção de Informação propôs ao Conselho de Administração alterações na estrutura dos quadros redactoriais com recurso, em determinados casos, a jornalistas contratados externamente. Dado tratar-se de uma reestruturação extraordinária da Direcção de Informação e no sentido de proporcionar à nova Direcção as condições de trabalho solicitadas, o Conselho de Administração aprovou, também excepcionalmente, alterações e melhorias nas remunerações dos quadros dos responsáveis editoriais e de jornalistas – alterações que a Direcção de Informação considerou essenciais para o desenvolvimento do seu trabalho.
- 7.3. Para além da revisão geral de editorias proposta pela Direcção de Informação – e corrigidas no segundo semestre na sequência de pedidos de demissão – iniciou-se uma revisão global no quadro de Delegados e de Correspondentes da Lusa no País e no Estrangeiro, nomeadamente, na área da Lusofonia.
- 7.4. Foram nomeados novos Delegados e ou Correspondentes para os postos de Paris, Estónia, Moscovo, Catalunha, Nova Iorque, Timor-Leste, Angola, Moçambique, Cabo Verde e Guiné-Bissau.
- 7.5. Apesar do agravamento das condições económicas de funcionamento da empresa, no sentido de corresponder às solicitações da Direcção de Informação, o Conselho de Administração aprovou, também, um

reforço orçamental a inscrever no Orçamento de 2007 – tendo em vista a reorganização proposta.

8. Cooperação/Lusofonia

- 8.1. Cumprindo a vocação de prestação de serviço público, a Lusa prosseguiu acções de cooperação com as suas congéneres dos PALOP através do fornecimento do serviço noticioso à ANGOP – Agência Noticiosa de Angola, INFORPRESSE – Agência Noticiosa de Cabo Verde, AIM – Agência de Informação de Moçambique, STPPRESS – Agência Noticiosa de S. Tomé e Príncipe, e ANG – Agência Noticiosa da Guiné-Bissau. O mesmo serviço foi disponibilizado à RTGB – Radiotelevsão da Guiné-Bissau e à Rádio Ecclesia de Luanda. O serviço em inglês foi também disponibilizado às agências da AMAN - - Alliance Mediterranean News Agencies.
- 8.2. Foi criada a Editoria Lusa-Brasil em regime de *outsourcing* e um sítio com notícias em português do Brasil, reforçando-se a cooperação com o portal UOL, com a Agência Brasil (da entidade de serviço público Radiobras) e com o Conselho das Câmaras de Comércio Português no Brasil. Este esforço permitiu aumentar substancialmente a presença de noticiário português naquele país.
- 8.3. Na área de intervenção da Direcção Regional para a Ásia registe-se a acção de cooperação proposta pela Agência de Informação e Notícias Macaulink, sedeadada em Macau, para o desenvolvimento de acordos e projectos comuns com as agências noticiosas dos Países de Língua Oficial Portuguesa, e a co-organização de um encontro que pretende reunir em Novembro de 2007 os responsáveis daquelas agências em Macau.

9. Projectos especiais

O Gabinete de Planeamento e Projectos Especiais, criado em Maio na dependência do Presidente do Conselho de Administração, acompanhou o desenvolvimento do projecto para a aquisição da nova plataforma informática, participou nos estudos e negociações para a revisão do Acordo de Empresa, promoveu trabalhos preliminares para a reestruturação das redes de correspondentes interna e externa, e seguiu a informação sobre tendências de desenvolvimento e de novos projectos das agências europeias.

10. Situação Económico-Financeira

A análise económico-financeira que se apresenta sintetiza os resultados alcançados pela Lusa – Agência de Notícias de Portugal S.A. no ano de 2006 e a situação patrimonial e financeira no final do exercício.

De acordo com a deliberação da Assembleia-Geral Extraordinária da Sociedade, realizada em 30 de Novembro de 2006, foi efectuada a redução do Capital Social de 10.650.000,00 Euros para 5.325.000,00 Euros destinada a cobertura de prejuízos.

Na mesma assembleia deliberou-se ainda a cobertura dos prejuízos acumulados remanescentes, no montante de 1.772.322,47 €, do seguinte modo:

- Utilização da totalidade do saldo da rubrica “Prémios de Emissão de Acções”, no montante de 1.752.775,81 Euros;
- Utilização da verba remanescente da rubrica “Reservas Legais”, no montante de 19.546,66 Euros.

10.1. Situação Económica – Proveitos

O total de “Proveitos e Ganhos” ascendeu a 18,7 milhões de Euros, o que traduz um aumento de 175 mil Euros (+0,95%) relativamente a 2005, resultante dos acréscimos verificados no valor do contrato com o Estado (+310 mil Euros) e “Outras Empresas e Entidades” (+ 67 mil Euros), e da diminuição de 96 mil Euros verificada nos clientes de comunicação social. O acréscimo registado nos “Subsídios à Exploração” é resultado do reconhecimento do subsídio atribuído no âmbito do projecto Shpaena.

10.2. Situação Económica – Custos

O total de “Custos e Perdas” ascendeu a 17,2 milhões de Euros, reflectindo um aumento de 6,28% (+ 1.015 milhares de Euros), relativamente a 2005, que resultou das seguintes variações:

- Aumento de 172 mil Euros (+4,23%) nos “Fornecimentos e Serviços Externos”, fundamentalmente por efeito das diminuições e aumentos verificados nas rubricas “Deslocações e Estadas” (+110 mil Euros), Comunicação e Circuitos” (-51 mil Euros), “Publicidade e Propaganda” (+35 mil Euros), “Trabalhos Especializados” (+113 mil Euros), “Correspondentes e Colaboradores” (-64 mil Euros) e “Serviços de Agências Noticiosas” (+35 mil Euros).
- Aumento nos “Custos com o Pessoal” em 1.270 milhares de Euros (+13,08%), por efeito das admissões e ajustamentos ocorridos na Direcção de Informação, das indemnizações (703.093,68 Euros) pagas no âmbito de rescisões amigáveis de contratos de trabalho, e do aumento de 2,3% na tabela salarial.

- Diminuição de 61 mil Euros (-5,85%) nos custos com “Amortizações e Ajustamentos do Exercício”, resultante do facto dos investimentos relativos aos projectos “Lusa On-Line”, “Site Lusa” e “Gestão Arquivo Histórico” terem ficado completamente amortizados em Novembro de 2005, contrabalançando o efeito provocado pelo aumento da provisão para cobranças duvidosas (+37 mil Euros), inscrita em “Ajustamentos de Dívidas a Receber”;
- Diminuição de 127 mil Euros nas “Provisões”, pelo facto de, em 2006, não ter havido a necessidade de constituir qualquer provisão para “Processos Judiciais em Curso”.
- Os “Custos e Perdas Financeiros” registaram uma diminuição de 66 mil Euros (-11,45%), face ao efeito da diminuição verificada na rubrica “Juros com Empréstimos Bancários”, por uma menor utilização das linhas de crédito para apoio à tesouraria e pela redução dos *spreads* contratados.
- Nos “Custos e Perdas Extraordinários” verificou-se igualmente um desvio favorável que se situou nos 175 mil Euros, sobretudo por via do aumento de 104 mil Euros na rubrica “Correcções Relativas a Exercícios Anteriores” e da diminuição de 282 mil Euros em “Outros Custos e Perdas Extraordinários”.

10.3. Resultados

O Resultado Líquido foi positivo e na ordem dos 1.058 milhares de Euros, por efeito de:

	(Milhares de Euros)		
RESULTADOS	2005	2006	2006/05
Operacionais	2.916	1.974	-942
Financeiros	-454	-447	8
Correntes	2.462	1.528	-934
Extraordinários	-105	-11	94
Antes de Impostos	2.356	1.517	-840
Líquidos	1.856	1.058	-799

10.4. Situação Patrimonial e Financeira

O “Activo Líquido”, na ordem dos 23,8 milhões de Euros, registou um acréscimo de cerca de 1,4 milhões de Euros em relação a 31 de Dezembro de 2005, destacando-se o seguinte:

- Diminuição do “Circulante” em cerca de 1,9 milhões de Euros, decorrente da regularização da dívida da Pararede à Lusa no âmbito do acordo de rescisão do contrato de fornecimento de hardware, software e de prestação de serviços para a implementação da “Solução Global da Redacção”;
- Aumento nos “Acréscimos e Diferimentos”, na ordem dos 3 milhões de Euros, pelo facto de a última tranche da Indemnização Compensatória ter sido liquidada em 3 Janeiro de 2007.

O “Capital Próprio” evidenciou um crescimento na ordem dos 1.056 milhares de Euros, por efeito do Resultado Líquido do Exercício.

No referente ao “Passivo” é de referir a reestruturação da dívida bancária pela renegociação da dívida de curto para médio e longo prazo.

(Milhares de Euros)			
BALANÇO	2005	2006	2006/05
Imobilizado Líquido	10.187	10.405	218
Créditos M/L Prazo	145	262	117
Circulante	7.090	5.109	-1.981
Acréscimos e Diferimentos	4.978	8.011	3.033
TOTAL DO ACTIVO	22.400	23.787	1.387
CAPITAL PRÓPRIO	6.255	7.311	1.056
PASSIVO:	16.145	16.475	331
. Provisões p/Riscos e Encargos	162	137	-25
. Médio/Longo Prazo	2.704	6.383	3.678
. Curto Prazo	11.393	7.832	-3.562
. Acréscimos e Diferimentos	1.885	2.124	239
TOTAL	22.400	23.787	1.387

O quadro seguinte mostra a posição em 31/12/2006 dos mais significativos indicadores financeiros da Lusa.

INDICADORES	2005	2006	VAR.
Liquidez Geral	0,91	1,32	45%
Autonomia Financeira (Capitais Próprios / Activo)	0,28	0,31	10%
Capitais Próprios / Capitais Alheios	0,39	0,44	15%
Cobertura do Imobilizado (por Capitais Permanentes)	0,88	1,30	47%

11. Proposta de Aplicação de Resultados

Para o Resultado Líquido do Exercício de 2006, no montante de € 1.057.676,57, o Conselho de Administração propõe:

- a) Nos termos do N.º 1 do Art.º 295.º do Código das Sociedades Comerciais, a transferência de 52.883,83 Euros para Reservas Legais;
- b) A transferência de 1.004.792,74 Euros para Resultados Transitados.

12. Regime Remuneratório

Nos termos das Resoluções do Conselho de Ministros n.ºs 121/2005 e 155/2005, respectivamente de 1 de Agosto e 6 de Outubro, e, nomeadamente, em cumprimento com o n.º 9 da Resolução do Conselho de Ministros n.º 155/2005, apresenta-se o elenco completo das remunerações principais e acessórias, incluindo todos os complementos remuneratórios em dinheiro ou em espécie auferidos pelos membros dos órgãos sociais em 2006.

A Comissão de Fixação de Remunerações da Lusa – Agência de Notícias de Portugal, S. A., em reunião realizada no dia 18 de Setembro de 2006, decidiu manter os valores determinados pela comissão que lhe antecedeu,

exarados em Acta de 6 de Agosto de 2003, e atribuiu senhas de presença aos membros não executivos do Conselho de Administração. Assim, através da Acta de 18 de Setembro de 2006, a Comissão fixou as seguintes remunerações dos membros dos órgãos sociais:

Presidente da Mesa da Assembleia Geral – senha de presença no valor de € 275,22 (duzentos setenta e cinco euros e vinte e dois cêntimos);

Vice-Presidente da Mesa da Assembleia Geral – senha de presença no valor de € 219,87 (duzentos dezanove euros e oitenta e sete cêntimos);

Secretário da Mesa da Assembleia Geral – senha de presença no valor de € 219,87 (duzentos dezanove euros e oitenta e sete cêntimos);

Presidente do Conselho de Administração – remuneração mensal de € 6.377,71 (seis mil trezentos e setenta e sete euros e setenta cêntimos), a abonar 14 (catorze) meses por ano;

Vice-Presidente do Conselho de Administração – senha de presença no valor de € 350 (trezentos e cinquenta euros);

Vogais não executivos – senha de presença no valor de € 300 (trezentos euros);

Presidente do Conselho Fiscal – remuneração mensal de € 1.056,29 (mil e cinquenta e seis euros e vinte e nove cêntimos) a abonar 14 (catorze) meses por ano;

Vogal do Conselho Fiscal – remuneração mensal de €845,13 (oitocentos e quarenta e cinco euros e treze cêntimos) a abonar 14 (catorze) meses por ano;

Revisor Oficial de Contas (ROC) – remuneração de €15.000 (quinze mil euros) anuais “tendo como referência os valores mínimos que resultariam da aplicação da tabela que constitui o anexo II ao Decreto Lei nº 487/99, de 16 de Novembro, bem como os preços praticados no mercado, sem prejuízo da possibilidade de aplicação de outros critérios considerados adequados,

de acordo com o previsto no n.º. 60.º do mesmo diploma, em casos devidamente justificados”.

Assim, as remunerações anuais brutas auferidas em 2006 pelos membros dos órgãos sociais foram as seguintes:

Órgãos Sociais para o triénio 2003-2005

Assembleia Geral

Presidente: Dra. Maria Rosa Simões, € 275,22

Vice-Presidente: Dr. José Manuel Pessoa Amorim Durão

Secretário: Dra. Maria da Graça Sande Freire, € 21987

Conselho Fiscal

Presidente: Dr. Augusto Teixeira Bastos, € 3.961,01

Vogal: Dr. Paulo Jorge Sertório Madeira Piçarra, €3.169,26

Vogal ROC: Oliveira Rego & Associados, Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, € 3.168,87

Órgãos Sociais para o triénio 2006-2008

Assembleia Geral

Presidente – Dra. Teresa Isabel Carvalho Costa, € 275,22

Vice-Presidente – Dr. José Manuel Pessoa Amorim Durão, € 439,74

Secretária – Dra. Maria Teresa Gonçalves Ribeiro, €219,87

Conselho de Administração

Presidente (Administrador Delegado) – Dr. José Manuel dos Reis Barroso, € 84.850,73

Vice-Presidente – Prof. Doutor Gustavo Alberto Guerreiro Seabra Leitão
Cardoso, € 4.550,00

Vogal – Dr. José Clemente Gomes, € 3.900,00

Vogal – Dra. Maria de Lurdes Pereira Moreira Correia de Castro, € 3.600,00

Vogal – Dr. Amável Afonso Barata Camões, € 2.400,00

Vogal – Dr. Rogério Paulo de Saldanha Pereira Vieira, € 3.900,00

Vogal – Dra. Maria Margarida Zapico Ruivo Baptista de Carvalho Salgado, €
3.600,00

Conselho fiscal

Presidente – Dra. Maria Leonor Saldanha Pereira Carreira da Cunha Torres, €
13.275,65

Vogal – Dr. João António Oliveira Pires, € 10.621,75

ROC Efectivo – Vítor Almeida & Associados, SROC, Lda., € 15.000,00

O actual Presidente do Conselho de Administração, Dr. José Manuel dos Reis Barroso, transitou do Conselho do mandato anterior, onde exerceu funções de Administrador Delegado, com o mesmo estatuto remuneratório.

Em 2006, o Dr. José Manuel dos Reis Barroso recebeu, ainda, Ajudas de Custo no montante de € 4.792,57, no âmbito de deslocações efectuadas ao serviço da empresa.

As despesas incorridas pela Lusa com a viatura de serviço que lhe está afectada, em 2006, foram de € 6.671,04 (viatura contratada em Fevereiro de 2005 ao abrigo de um contrato de aluguer operacional com a duração de três anos). O preço de venda ao público dessa viatura era, na data da elaboração do contrato de aluguer, € 31.022,80.

O Dr. José Manuel Barroso tem atribuído um plafond mensal de consumo de combustíveis de 200 litros, a que corresponde um plafond anual de 2.400 litros.

Em 2006 foram consumidos 1.411,39 litros, a que correspondeu a despesa de € 1.725,89.

As despesas efectuadas com o cartão de crédito da empresa pelo Dr. José Manuel Barroso no exercício das suas funções, em 2006, ascenderam a € 19.935,64.

O regime de previdência aplicável é o do Regime Geral de Segurança Social.

13. Perspectivas para 2007

13.1. Face à evolução esperada para 2007 será continuada a política de gestão baseada no rigor e na contenção das despesas correntes, não relacionadas com a produção de informação, concentrando-se recursos e projectando-os de forma optimizada.

13.2. Serão incentivadas acções criativas que conduzam à descoberta de novos nichos de mercado para compensar as perspectivas de diminuição de proveitos na área dos media.

13.3 Prosseguir-se-ão os esforços de modernização tecnológica da Agência e de afirmação da Lusa no espaço lusófono.

Lisboa, 12 de Fevereiro de 2007

O Conselho de Administração da Lusa, S.A.

(Dr. José Manuel dos Reis Barroso)

(Prof. Dr. Gustavo Alberto Guerreiro Seabra Leitão Cardoso)

(Dr. José Clemente Gomes)

(Dra. Maria de Lurdes Pereira Moreira Correia de Castro)

(Dr. Amável Afonso Barata Camões)

(Dr. Rogério Paulo de Saldanha Pereira Vieira)

(Dra. Maria Margarida Zapico Ruivo Baptista de Carvalho Salgado)

LUSA-AGÊNCIA DE NOTÍCIAS DE PORTUGAL, SA

II. DOCUMENTOS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS

RELATÓRIO & CONTAS 2006

LUSA-AGÊNCIA DE NOTÍCIAS DE PORTUGAL, SA

BALANÇO E DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

RELATÓRIO & CONTAS 2006

(Montantes expressos em Euros)

ACTIVO	Notas	EXERCÍCIOS		EXERCÍCIOS		CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO	Notas	EXERCÍCIOS	
		2006		2005				2006	2005
		Activo bruto	Amortizações e ajustamentos	Activo líquido	Activo líquido				
Imobilizado:									
Imobilizações incorpóreas:									
Despesas de instalação	10	212.472,78	212.472,78	-	12.000,89	Capital próprio:	36, 37 e 40	5.325.000,00	10.650.000,00
Despesas de investigação e desenvolvimento	10	633.757,75	228.473,01	405.284,74	603.516,20	Premios de emissões de acções	40	-	1.752.775,81
		846.230,53	440.945,79	405.284,74	615.517,09	Reservas de reavaliação	40	750.393,94	745.811,41
						Reservas legais	40	179.787,31	106.518,97
						Resultados transferidos	40	(1.506,57)	(8.866.014,04)
Imobilizações corpóreas:						Resultado líquido do exercício	40	6.253.862,68	4.399.092,15
Terenos e recursos naturais	10	1.511.778,61	-	1.511.778,61	1.511.778,61	Passivo:		7.311.339,25	6.255.392,23
Edifícios e outras construções	10	7.851.819,62	1.160.871,05	6.690.948,57	6.852.760,85	Provisões para riscos e encargos:			
Equipamento básico	10	4.158.764,18	3.125.038,13	1.033.726,05	878.304,64	Processos judiciais em curso			
Equipamento de transporte	10	410.747,27	328.479,91	82.267,36	70.727,42	Dividas a terceiros - Médio e longo prazo:	34 e 51	137.422,01	162.081,06
Ferramentas e utensílios	10	6.180,09	6.180,09	-	43,76	Empréstimos bancários	48	5.754.718,42	1.903.995,29
Equipamento administrativo	10	493.458,86	425.316,18	68.142,68	93.419,48	Fornecedores de imobilizado	15	519.823,15	630.437,87
Outras imobilizações corpóreas	10	1.157.550,64	20.895,60	51.109,85	51.109,85	Estado e outros entes públicos	28	108.235,80	170.084,64
Imobilizações em curso	10	511.702,64	1.136.655,05	511.702,64	33.123,49	Dividas a terceiros - Curto prazo:		6.382.777,37	2.704.457,80
		16.102.001,91	6.182.540,41	9.919.461,50	9.491.268,10	Descobertos		-	-
Investimentos financeiros:						Fornecedores, conta corrente		353.865,58	449.180,68
Títulos e outras aplicações financeiras	10	80.000,14	-	80.000,14	80.000,14	Empréstimos bancários	48	4.849.617,78	8.061.862,87
		80.000,14	-	80.000,14	80.000,14	Outros empréstimos obtidos		511.115,12	554.708,02
Circulante:						Adiantamentos de clientes		-	-
Existências:						Fornecedores de imobilizado, conta corrente	15	454.208,04	408.305,80
Matérias primas, subsidiárias e de consumo	41	26.965,91	-	26.965,91	27.305,88	Estado e outros entes públicos	28 e 49	1.515.430,32	1.684.443,51
Subprodutos, desperdícios, resíduos e refulgos	3.d)	2.966.200,43	491.347,86	2.466.852,57	2.526.016,53	Outros credores		142.863,61	211.616,79
		2.965.196,34	491.347,86	2.465.818,48	2.553.322,41	Clientes, conta corrente		4.651,32	2.946,30
Dividas de terceiros - Médio e longo prazo:						Acréscimos e diferimentos:		7.831.541,77	11.393.093,97
Clientes - Cobrança duvidosa	23 e 34	1.109.397,96	965.123,03	144.214,93	27.387,36	Acréscimos de custos	50	1.833.792,51	1.525.016,83
Devedores e credores diversos - caupões		117.548,67	-	117.548,67	117.397,42	Proveitos diferidos	50	31.995,68	97.584,57
Outros devedores e credores - cobrança duvidosa	23 e 34	424,38	287,60	136,78	136,78	Passivos por impostos diferidos	6	257.904,37	262.475,90
		1.227.311,01	965.410,63	261.900,36	144.901,56	Total do passivo		16.475.433,71	16.144.711,13
Dividas de terceiros - Curto prazo:						Total do capital próprio e do passivo		23.766.772,96	22.400.103,36
Clientes, conta corrente		1.824.350,10	-	1.824.350,10	1.959.823,65				
Adiantamentos a fornecedores		640,01	-	640,01	2.285,01				
Estado e outros entes públicos	49	156.517,75	-	156.517,75	115.965,68				
Fornecedores, conta corrente		890,92	-	890,92	647,10				
Outros devedores		184.276,21	-	184.276,21	2.078.491,60				
		2.166.675,00	-	2.166.675,00	4.155.193,05				
Depósitos bancários e caixa:									
Depósitos bancários	53	383.380,51	-	383.380,51	277.945,95				
Caixa	53	65.055,78	-	65.055,78	103.780,61				
		448.436,30	-	448.436,30	381.726,56				
Acréscimos e diferimentos:									
Acréscimos de proveitos	50	6.060.672,73	-	6.060.672,73	2.615.881,01				
Custos diferidos	50	278.686,23	-	278.686,23	265.790,20				
Activos por impostos diferidos	6	1.671.827,47	-	1.671.827,47	2.096.503,24				
		8.011.196,43	-	8.011.196,43	4.978.174,45				
Total de amortizações		6.623.486,20	-	6.623.486,20	-				
Total de ajustamentos		1.456.156,49	-	1.456.156,49	-				
Total do activo		31.867.017,65	8.080.244,59	23.786.772,96	22.400.103,36				

O Técnico Oficial de Contas

O Conselho de Administração

O anexo faz parte integrante do balanço em 31 de Dezembro de 2006.

LUSA - AGÊNCIA DE NOTÍCIAS DE PORTUGAL, S.A.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS POR NATUREZAS PARA OS EXERCÍCIOS

FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2006 E 2005

(Montantes expressos em Euros)

	Notas	EXERCÍCIOS	
		2006	2005
CUSTOS E PERDAS			
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas:			
Materiais diversos	41	102.545,31	103.652,30
Fornecimentos e serviços externos		4.236.682,20	4.064.895,76
Custos com o pessoal:			
Remunerações - Órgãos sociais		144.050,89	109.422,62
Remunerações do pessoal		8.212.635,00	7.620.154,91
Encargos sociais e outros		2.624.826,57	1.981.909,68
Amortizações do imobilizado corpóreo e incorpóreo	10	821.408,43	919.446,52
Ajustamentos	21	167.293,63	130.689,17
Provisões	34	-	127.446,05
Impostos		118.862,89	118.682,60
Outros custos e perdas operacionais		26.856,10	22.904,59
A		16.455.161,02	15.199.204,20
Juros e custos similares:			
Juros suportados	45	423.486,11	508.876,25
Diferenças de câmbio desfavoráveis	45	18.043,35	9.278,72
Outros custos e perdas financeiras	45	65.969,25	59.424,98
Diferenças de conversão	45	3.928,29	-
C		511.427,00	577.579,95
Custos e perdas extraordinários	46	16.966.588,02	15.776.784,15
E		195.998,09	370.978,26
Imposto sobre o rendimento do exercício	6	17.162.586,11	16.147.762,40
G		458.871,39	500.022,87
Resultado líquido do exercício		17.621.457,50	16.647.785,27
		1.057.676,57	1.856.300,08
		18.679.134,06	18.504.085,35
PROVEITOS E GANHOS			
Prestações de serviços	44	18.348.080,32	18.067.276,61
Trabalhos para a própria empresa		-	-
Proveitos suplementares		13.105,80	20.472,56
Subsídios à exploração	3.g)	65.663,65	69,30
Reversões de amortizações e ajustamentos		-	21.959,55
Outros proveitos e ganhos operacionais		2.653,93	5.435,94
B		81.423,38	47.937,35
Outros juros e proveitos similares:			
Juros obtidos	45	5.799,33	4.492,85
Diferenças de câmbio favoráveis	45	4.996,13	23.144,38
Outros proveitos e ganhos financeiros	45	54.011,18	95.200,91
Diferenças de conversão		-	375,40
D		64.806,64	123.213,55
Proveitos e ganhos extraordinários	46	18.494.310,34	18.238.427,51
F		184.823,73	265.657,84
		18.679.134,06	18.504.085,35
Resumo:			
Resultados operacionais: (B) - (A) =		1.974.342,68	2.916.009,76
Resultados financeiros: (D - B) - (C - A) =		(446.620,36)	(454.366,40)
Resultados correntes: (D) - (C) =		1.527.722,32	2.461.643,36
Resultados antes de impostos: (F) - (E) =		1.516.547,96	2.356.322,95
Resultado líquido do exercício: (F) - (G) =		1.057.676,57	1.856.300,08

O Técnico Oficial de Contas

O Conselho de Administração

O anexo faz parte integrante da demonstração dos resultados por naturezas do exercício findo em 31 de Dezembro de 2006.

LUSA-AGÊNCIA DE NOTÍCIAS DE PORTUGAL, SA

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS POR FUNÇÕES

RELATÓRIO & CONTAS 2006

LUSA - AGÊNCIA DE NOTÍCIAS DE PORTUGAL, S.A

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS POR FUNÇÕES PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2006 E 2005

(Montantes expressos em Euros)

	Nota 52	EXERCÍCIOS	
		2006	2005
Vendas e prestações de serviços	a)	18.348.080,32	18.067.276,61
Custos das vendas e das prestações de serviços		(10.319.404,50)	(9.379.869,06)
Resultados Brutos		8.028.675,82	8.687.407,55
Outros proveitos e ganhos operacionais	b)	266.247,11	313.595,19
Custos de distribuição		(764.391,88)	(680.774,35)
Custos administrativos	c)	(2.906.979,88)	(2.471.249,82)
Outros custos e perdas operacionais		(2.660.382,85)	(3.038.289,23)
Resultados Operacionais		1.963.168,32	2.810.689,35
Custo líquido de financiamento		(446.620,36)	(454.366,40)
Resultados Correntes		1.516.547,96	2.356.322,95
Imposto sobre os resultados correntes		(458.871,39)	(500.022,87)
Resultados Correntes Após Impostos		1.057.676,57	1.856.300,08
Resultados extraordinários		-	-
Imposto sobre os resultados extraordinários		-	-
Resultado líquido do exercício		1.057.676,57	1.856.300,08
Resultados por acção		0,50	0,87

O Técnico Oficial de Contas

O Conselho de Administração

O anexo faz parte integrante da demonstração dos resultados por funções do exercício findo em 31 de Dezembro de 2006.

LUSA-AGÊNCIA DE NOTÍCIAS DE PORTUGAL, SA

**ANEXO AO BALANÇO E
À DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS**

RELATÓRIO & CONTAS 2006

NOTA INTRODUTÓRIA

A LUSA – AGÊNCIA DE NOTÍCIAS DE PORTUGAL, S.A. (“Empresa”) é uma sociedade anónima, com sede em Lisboa, constituída em 31 de Julho de 1997 e que tem como actividade principal actuar como agência noticiosa, competindo-lhe assegurar uma informação factual, isenta, rigorosa e digna de confiança, prestando principalmente serviços de recolha de material noticioso ou de interesse informativo e o seu tratamento para difusão, divulgação do material recolhido, prestação ao Estado Português dos serviços de interesse público relativos à informação dos cidadãos e a prestação de serviços de telecomunicações de valor acrescentado no âmbito do exercício das actividades referidas, sendo esta actividade anteriormente desempenhada pela Agência Lusa de Informação – C.I.P.R.L., tendo a Empresa adquirido o estabelecimento comercial da referida cooperativa. Em 26 de Janeiro de 2001, a Empresa celebrou com o Estado Português um contrato de Prestação de Serviço Público, mediante o qual a Empresa assume um conjunto de obrigações, nomeadamente quanto à manutenção de um determinado número de delegações, e é determinada a fórmula de remuneração da Empresa, através de uma indemnização compensatória a ser paga pelo Estado anualmente, em função dos serviços prestados pela Empresa ao abrigo do referido contrato. No exercício de 2003, foi assinado um aditamento àquele contrato, redefinindo o método de cálculo da indemnização compensatória, e que entrou em vigor no exercício de 2004.

De acordo com a deliberação da Assembleia-Geral Extraordinária da Sociedade, realizada em 30 de Novembro de 2006, foi efectuada a redução do Capital Social de 10.650.000,00 Euros para 5.325.000,00 Euros destinada a cobertura de prejuízos.

As notas que se seguem respeitam a numeração sequencial definida no Plano Oficial de Contabilidade. As notas cuja numeração é omitida neste anexo não são aplicáveis à Empresa ou a sua apresentação não é relevante para a leitura das demonstrações financeiras anexas.

3. BASES DE APRESENTAÇÃO E PRINCIPAIS CRITÉRIOS VALORIMÉTRICOS

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos da Empresa, mantidos de acordo com princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

Os principais critérios valorimétricos utilizados na preparação das demonstrações financeiras foram os seguintes:

a) Imobilizações incorpóreas

As imobilizações incorpóreas, que compreendem as despesas de instalação e as despesas de investigação e de desenvolvimento, encontram-se registadas ao custo e são amortizadas pelo método das quotas constantes durante um período de três anos.

b) Imobilizações corpóreas

Excepto no que se refere ao “Edifício Lusa”, sito em Lisboa, as imobilizações corpóreas encontram-se registadas ao custo de aquisição.

As amortizações são calculadas pelo método das quotas constantes, de acordo com as seguintes vidas úteis estimadas:

	<u>Anos</u>
Edifícios e outras construções	50
Equipamento básico	3 - 10
Equipamento de transporte	4
Ferramentas e utensílios	4
Equipamento administrativo	8
Outras imobilizações corpóreas	3 - 8

No decurso do exercício findo em 31 de Dezembro de 2000, a Empresa efectuou uma reavaliação livre das fracções detidas naquela data no “Edifício Lusa”, registadas nas rubricas “Terrenos e recursos naturais” e “Edifícios e outras construções”, com base em avaliações do seu valor de mercado. Decorrente desta reavaliação a Empresa registou, naquela data, um aumento do activo, líquido de amortizações acumuladas de 1.051.067,42 Euros, bem como uma reserva de reavaliação no mesmo montante.

Como resultado das reavaliações efectuadas (Nota 13), as amortizações do exercício findo em 31 de Dezembro de 2006, foram aumentadas em 16.627 Euros. Este montante, não é aceite como custo para efeitos de determinação da matéria colectável em sede de imposto sobre o rendimento de pessoas colectivas (IRC). Adicionalmente, as amortizações de exercícios futuros serão aumentadas em, aproximadamente, 695.934 Euros (Nota 13).

c) Locação financeira

Os activos imobilizados adquiridos mediante contratos de locação financeira bem como as correspondentes responsabilidades são contabilizados pelo método financeiro. De acordo com este método o custo do activo é registado no imobilizado corpóreo, a correspondente responsabilidade é registada no passivo e os juros incluídos no valor das rendas e a amortização do activo são registados como custos na demonstração dos resultados do exercício a que respeitam.

d) Existências

As matérias-primas, subsidiárias e de consumo encontram-se valorizadas ao custo de aquisição, o qual é inferior ao respectivo valor de mercado, utilizando-se o custo médio ponderado como método de custeio.

Os subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos referem-se ao arquivo de texto e imagem adquirido em 1997 à Agência Lusa de Informação – CIPRL e cujo valor foi determinado naquela data com base numa avaliação do seu valor de mercado. Após aquela data, e até 31 de Dezembro de 2003 as entradas no arquivo foram valorizadas com base no valor da receita futura estimada, e que correspondeu a um valor unitário para os documentos de texto e imagem de, aproximadamente, 0,1196 Euros e 1,20 Euros, respectivamente.

Em 2005 a Empresa procedeu ao abate do arquivo de texto, por ser seu entendimento não existirem expectativas de benefícios económicos futuros, pelo que esta rubrica passou a respeitar apenas ao arquivo de imagem.

A provisão para depreciação de existências corresponde a 2% do valor do arquivo de imagem existente no início de cada exercício, conforme recomendado na avaliação supra referida.

e) Provisão para cobranças duvidosas

Foi constituída uma provisão para cobranças duvidosas de acordo com a expectativa de perdas a incorrer na cobrança das contas a receber.

f) Especialização de exercícios

As receitas e despesas são registadas de acordo com o princípio da especialização de exercícios, pelo qual são reconhecidas à medida em que são geradas, independentemente do momento em que são recebidas ou pagas. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e as correspondentes receitas e despesas geradas são registadas nas rubricas de acréscimos e diferimentos (Nota 50).

g) Prestações de serviços (Indemnização compensatória)

A Empresa passou a registar a indemnização compensatória que lhe é atribuída para fazer face aos custos que incorre com serviços de interesse público, relacionados com o Contrato de Prestação de Serviço Público celebrado entre o Estado e a Lusa – Agência de Notícias de Portugal, S.A., na rubrica de “Prestações de serviços” do exercício a que dizem respeito, de acordo com o princípio de especialização dos exercícios (Nota 3.f)). Até ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2004, a indemnização compensatória era registada na rubrica “Subsídios à exploração” da demonstração dos resultados por naturezas e na rubrica “Outros proveitos e ganhos operacionais” da demonstração dos resultados por funções.

h) Impostos diferidos

Os impostos diferidos referem-se às diferenças temporárias entre os montantes dos activos e passivos para efeitos de reporte contabilístico e os respectivos montantes para efeitos de tributação.

Os activos e passivos por impostos diferidos são calculados e anualmente avaliados utilizando as taxas de tributação que se esperam estarem em vigor à data da reversão das diferenças temporárias.

Os activos por impostos diferidos são registados unicamente quando existem expectativas razoáveis de lucros fiscais futuros suficientes para os utilizar. Na data de cada balanço é efectuada uma reapreciação das diferenças temporárias subjacentes aos activos por impostos diferidos no sentido de reconhecer activos por impostos diferidos não registados anteriormente por não terem preenchido as condições para o seu registo e/ou para reduzir o montante dos impostos diferidos activos registados em função da expectativa actual da sua recuperação futura.

i) Conversão de demonstrações financeiras expressas em moeda estrangeira

Os activos e passivos expressos em moeda estrangeira foram convertidos para Euros utilizando-se as taxas de câmbio vigentes na data do balanço. As diferenças de câmbio, favoráveis e desfavoráveis originadas pelas diferenças entre as taxas de câmbio em vigor na data das transacções e as vigentes nas datas de cobrança, pagamento ou à data do balanço, foram registadas como proveitos e custos na demonstração dos resultados.

As diferenças de câmbio originadas na conversão para Euros das demonstrações financeiras de delegações, expressas em moeda estrangeira foram incluídas na demonstração dos resultados nas rubricas de resultados financeiros. A conversão daquelas demonstrações financeiras é efectuada, considerando as seguintes taxas de câmbio: i) taxa de câmbio vigente à data do balanço para converter todos os activos e passivos monetários, ii) taxa de câmbio média do exercício para converter as rubricas da demonstração dos resultados e iii) taxa de câmbio histórica para converter os activos e passivos não monetários e as rubricas de capital próprio.

j) Subsídios ao investimento de imobilizações

Os subsídios atribuídos a fundo perdido para o financiamento da aquisição de imobilizações, são registados como proveitos diferidos (Nota 50), na rubrica de acréscimos e diferimentos e reconhecidos na demonstração dos resultados proporcionalmente às amortizações das imobilizações corpóreas subsidiadas.

l) Provisão para outros riscos e encargos

A provisão para outros riscos e encargos é determinada com base na estimativa que a Empresa e os seus advogados fazem dos riscos relacionados com a sua actividade.

m) Delegação do Brasil

Apesar de as operações da Empresa no Brasil se desenvolverem através de uma entidade que assume a forma jurídica de sociedade comercial, sob a denominação Lusa – Agência de Notícias de Portugal, S.A. (“Lusa Brasil”) e formalmente independente da Empresa, no entendimento desta, aquela entidade na substância corresponde efectivamente a uma delegação, que opera de forma similar às restantes delegações da Empresa, apenas tendo sido autonomizada juridicamente para cumprir os requisitos específicos da legislação Brasileira. Consequentemente, a Empresa integra nas suas demonstrações financeiras as demonstrações financeiras da Lusa Brasil.

n) Subsídios à exploração

Os subsídios atribuídos a fundo perdido para fazer face às operações desenvolvidas pela Empresa, são registadas como proveitos na demonstração dos resultados na rubrica “Subsídios à Exploração” do exercício a que corresponde a sua atribuição independentemente do momento do seu pagamento.

6. IMPOSTOS

A Empresa encontra-se sujeita a Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas – IRC, à taxa normal de 25%, que pode ser incrementada até 10% pela aplicação da Derrama, resultando numa taxa de imposto agregada de 27,5%.

Nos termos do artigo 81º do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas, a Empresa encontra-se sujeita a tributação autónoma sobre um conjunto de encargos às taxas previstas no artigo mencionado.

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correcção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos (cinco anos para a Segurança Social), excepto quando tenham havido prejuízos fiscais, tenham sido concedidos benefícios fiscais, ou estejam em curso inspecções, reclamações ou impugnações, casos estes em que, dependendo das circunstâncias, os prazos são alongados ou suspensos. Deste modo, as declarações fiscais da Empresa dos anos de 2003 a 2006 poderão vir ainda ser sujeitas a revisão.

A Administração da Empresa entende que, apesar de existirem práticas contabilísticas cujo enquadramento fiscal adoptado poderá ter uma interpretação diversa por parte da Administração fiscal, as eventuais correcções resultantes de revisões/inspecções por parte das autoridades fiscais àquelas declarações de impostos não terão um efeito significativo nas demonstrações financeiras em 31 de Dezembro de 2006.

Nos termos da legislação em vigor, os prejuízos fiscais são reportáveis durante um período de seis anos após a sua ocorrência e susceptíveis de dedução a lucros fiscais gerados durante esse período. Em 31 de Dezembro de 2006 os prejuízos fiscais reportáveis ascendiam a, aproximadamente, 6.075.225 Euros, e são reportáveis até ao exercício de 2009.

A partir de 1 de Janeiro de 2004 a Empresa deixou de aplicar o regime previsto no Artigo 23º do Código do Imposto Sobre o Valor Acrescentado (“IVA”), pelo facto do valor do contrato de prestação de serviços com o Estado ter passado a estar sujeito a IVA à taxa legal.

Durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2003, a Empresa foi notificada pela Administração Fiscal a pagar, aproximadamente, 2.600.000 Euros (excluindo juros e coimas), em resultado de revisões efectuadas em sede de IVA a determinadas transacções ocorridas nos exercícios de 2001 e 2002. A Empresa, suportada no parecer dos seus advogados, recorreu daquelas notificações, por considerar que as mesmas não têm fundamento, não tendo para aquele efeito constituído qualquer provisão. Na data de preparação destas demonstrações financeiras ainda não é conhecido o desfecho desta situação.

Impostos diferidos

Conforme referido na Nota 3.h), o imposto sobre o rendimento do exercício foi apurado de acordo com o preconizado na Directriz Contabilística n.º 28. Na mensuração do custo de imposto, para além do imposto corrente determinado com base no resultado antes de imposto corrigido de acordo com a legislação fiscal, são também considerados os efeitos resultantes das diferenças temporárias entre o resultado antes de imposto e o lucro tributável originadas no exercício ou decorrentes de exercícios anteriores, bem como o efeito dos prejuízos fiscais reportáveis existentes à data de balanço.

O montante de imposto, quer corrente, quer diferido, que resulte de transacções ou eventos reconhecidos em reservas, é registado directamente nestas não afectando o resultado do exercício.

À data de balanço, os impostos diferidos são actualizados por eventuais alterações na taxa de tributação que se espera estar em vigor à data da sua reversão, bem como por eventuais alterações na legislação fiscal relevante.

Tal como estabelecido na referida directriz, são apenas reconhecidos activos por impostos diferidos, sempre que exista razoável segurança de que possam vir a ser utilizados na redução do resultado tributável futuro ou quando existam impostos diferidos passivos, cuja reversão seja expectável no mesmo exercício dos impostos diferidos a constituir.

No cálculo dos impostos diferidos foi considerado o efeito dos prejuízos fiscais reportáveis gerados nos exercícios anteriores que se consideram recuperáveis no período legal para a sua dedução.

a) Reconciliação da taxa de imposto

Resultado antes de impostos	1.516.547,96
Taxa nominal de imposto	27,5%

Débito de imposto esperado	417.050,69
Diferenças permanentes (i)	(364,96)
Ajustamentos à colecta (ii)	42.185,66

Imposto sobre o rendimento do exercício	458.871,39
	=====
Imposto corrente (Nota 49)	38.768,15
Imposto diferido gerado no exercício	420.103,24

	458.871,39
	=====

(i) Em 31 de Dezembro de 2006, este montante tinha a seguinte composição:

Multas e outras penalidades	19.425,72
Outras situações líquidas	(20.752,84)

	(1.327,12)
Taxa nominal de imposto	27,5%

	(364,96)
	=====

(ii) Este montante representa a parcela de imposto relativa à tributação autónoma de certas despesas da Empresa, nos termos da legislação fiscal em vigor.

b) Movimento dos impostos diferidos

<u>Rubricas</u>	<u>Saldo inicial</u>	<u>Constituição/ (reversão)</u>	<u>Saldo final</u>
Impostos diferidos activos:			
Prejuízos fiscais reportáveis	2.096.503,24	(424.675,77)	1.671.827,47
Impostos diferidos passivos:			
Reservas de reavaliação	262.476,90	(4.572,53)	257.904,37

7. NÚMERO MÉDIO DE PESSOAL

Durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2006, o número médio de pessoal foi de 265 empregados.

8. DESPESAS DE INVESTIGAÇÃO E DESENVOLVIMENTO

No exercício findo em 31 de Dezembro de 2005, tendo por base o acordo de extinção com a Pararede do contrato de fornecimento de *hardware*, *software* e de prestação de serviços para a implementação da "Solução Global da Redacção", de 2 de Janeiro de 2006, foram transferidas de imobilizado em curso para esta rubrica as despesas incorridas com as consultorias jurídica e de gestão do projecto, por existir a convicção da Empresa de que aquelas consultorias permitirão

obter benefícios económicos futuros, nomeadamente com o desenvolvimento e implementação de um novo projecto para a Redacção.

10. MOVIMENTO DO ACTIVO IMOBILIZADO

Durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2006, o movimento ocorrido no valor das imobilizações incorpóreas, corpóreas e investimentos financeiros, bem como nas respectivas amortizações acumuladas e provisões, foi o seguinte:

Activo bruto

	Saldo inicial	Aumentos	Alienações	Tranferências e abates	Saldo final
Imobilizações incorpóreas:					
Despesas de instalação	212.472,78	-	-	-	212.472,78
Despesas de investigação e desenvolvimento	620.757,75	13.000,00	-	-	633.757,75
	833.230,53	13.000,00	-	-	846.230,53
Imobilizações corpóreas:					
Terrenos e recursos naturais	1.511.778,61	-	-	-	1.511.778,61
Edifícios e outras construções	7.851.819,62	-	-	-	7.851.819,62
Equipamento básico	3.829.472,95	513.736,68	(55.520,71)	(128.924,74)	4.158.764,18
Equipamento de transporte	421.102,26	40.857,47	(51.212,46)	-	410.747,27
Ferramentas e utensílios	6.307,69	-	-	(127,60)	6.180,09
Equipamento administrativo	524.968,58	3.501,90	-	(35.011,62)	493.458,86
Outras imobilizações corpóreas	1.157.550,64	-	-	-	1.157.550,64
	15.303.000,35	558.096,05	(106.733,17)	(164.063,96)	15.590.299,27
	33.123,49	478.579,15	-	-	511.702,64
Imobilizações em curso:					
Investimentos financeiros:					
Títulos e outras aplicações financeiras	80.000,14	-	-	-	80.000,14
	80.000,14	-	-	-	80.000,14

Amortizações acumuladas

	Saldo inicial	Reforço	Regularizações	Saldo final
Imobilizações incorpóreas:				
Despesas de instalação	200.471,89	12.000,89	-	212.472,78
Despesas de investigação e desenvolvimento	17.241,55	211.231,46	-	228.473,01
	217.713,44	223.232,35	-	440.945,79
Imobilizações corpóreas:				
Edifícios e outras construções	999.058,77	161.812,28	-	1.160.871,05
Equipamento básico	2.951.168,31	348.876,86	(175.007,04)	3.125.038,13
Equipamento de transporte	350.374,84	29.317,53	(51.212,46)	328.479,91
Ferramentas e utensílios	6.263,93	43,80	(127,64)	6.180,09
Equipamento administrativo	431.549,10	27.911,36	(34.144,27)	425.316,18
Outras imobilizações corpóreas	1.106.440,80	30.214,25	-	1.136.655,05
	5.844.855,74	598.176,08	(260.491,41)	6.182.540,41

As rubricas "Terrenos e recursos naturais" e "Edifícios e outras construções" englobam o custo de aquisição reavaliado (Nota 3.b)) e respectivas benfeitorias das fracções do "Edifício Lusa", as quais foram cedidas a título definitivo pelo Estado Português pelo montante global de 2.982.811 Euros, de acordo com o Auto de Cessão da Direcção-Geral do Património de 25 de Novembro de 1997 e de acordo com a Portaria n.º 995/97 de 26 de Novembro.

De acordo com a legislação supra referida, e nos termos do artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 97/70 de 13 de Março, se aos bens cedidos não for dado o destino que justificou a cessão, ou se o cessionário culposamente deixar de cumprir qualquer condição ou encargo, o Secretário de Estado do Tesouro pode, ouvido o cessionário, ordenar a reversão dos bens cedidos, para o domínio do Estado, não tendo o cessionário direito, salvo caso de força maior, à restituição de importâncias pagas ou à indemnização por benfeitorias realizadas, sendo que o direito de reversão só pode ser exercido dentro de um ano, a contar do conhecimento oficial do facto que lhe deu causa. Em 31 de Dezembro de 2006 o valor líquido reavaliado das referidas fracções ascende a 6.690.949 Euros (Nota 13).

13. REAVALIAÇÕES DE IMOBILIZAÇÕES CORPÓREAS

O detalhe dos custos históricos de aquisição de imobilizações corpóreas e correspondente reavaliação em 31 de Dezembro de 2006, líquidos de amortizações acumuladas, é o seguinte:

	Custos históricos	Reavaliações	Valor contabilístico reavaliado
Terrenos e recursos naturais	1.292.080,58	219.698,03	1.511.778,61
Edifícios e outras construções	5.995.014,32	695.934,26	6.690.948,57
	<u>7.287.094,90</u>	<u>915.632,29</u>	<u>8.202.727,18</u>

Como resultado da reavaliação livre (Nota 3.b)), as amortizações do exercício findo em 31 de Dezembro de 2006, foram aumentadas em 16.627 Euros. Este montante, não é aceite como custo para efeitos de determinação da matéria colectável em sede de imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas (IRC). Adicionalmente, as amortizações de exercícios futuros serão aumentadas em, aproximadamente, 695.934 Euros cujo montante não é aceite como custo para efeitos fiscais.

14. IMOBILIZAÇÕES LOCALIZADAS NO ESTRANGEIRO

Em 31 de Dezembro de 2006, existiam localizadas no estrangeiro as seguintes imobilizações corpóreas:

Edifícios e outras construções	817.054,68
Equipamento básico	286.926,66
Equipamento de transporte	175.149,31
Ferramentas e utensílios	294,30
Equipamento administrativo	124.853,58
Outras imobilizações corpóreas	<u>3.494,31</u>
	<u>1.407.772,84</u>

Estas imobilizações corpóreas estão afectas às delegações da Empresa (Nota Introdutória).

15. LOCAÇÃO FINANCEIRA

	Activo bruto	Amortizações acumuladas	Activo líquido
Edifícios e outras construções	2.203.388,65	317.610,53	1.885.778,12
Equipamento básico	1.330.679,74	782.000,65	548.679,09
Equipamento de transporte	234.509,28	218.832,22	15.677,06
Equipamento administrativo	<u>92.651,91</u>	<u>74.851,77</u>	<u>17.800,14</u>
	<u>3.861.229,58</u>	<u>1.393.295,17</u>	<u>2.467.934,41</u>

Em 31 de Dezembro de 2006, os bens adquiridos em regime de locação financeira são como segue:

Conforme indicado na Nota 3.c), a Empresa regista pelo método financeiro os activos imobilizados adquiridos mediante contratos de locação financeira. Em 31 de Dezembro de 2006, a Empresa registou na rubrica "Fornecedores de imobilizado - conta corrente" 957.579 Euros correspondente à conta a pagar às locadoras, dos quais 519.823 Euros estão classificados a médio e longo prazo por se vencerem a mais de um ano.

Em 31 de Dezembro de 2006, as responsabilidades da Empresa como locatária, relativas a rendas vincendas, excluindo juros, em contratos de locação financeira, são como segue:

2007	437.755,92

2008	419.309,60
2009	100.513,55

	519.823,15

	957.579,07
	=====

21. MOVIMENTOS OCORRIDOS NAS RUBRICAS DO ACTIVO CIRCULANTE

Os movimentos ocorridos nas rubricas do activo circulante foram os seguintes:

Activo bruto

	Saldo Inicial	Reforço	Reversão	Saldo Final
Existências:				
Matérias primas, subs. e de consumo	27.305,88	-	(339,97)	26.965,91
Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos:				
Documentos em arquivo - texto (Notas 3.d) e 40))	-	-	-	-
Documentos em arquivo - imagem	2.958.200,43	-	-	2.958.200,43
	2.985.506,31	-	(339,97)	2.985.166,34
Dívidas de terceiros:				
Cientes - C/Corrente	1.959.823,65	-	(135.473,55)	1.824.350,10
Cientes de cobrança duvidosa	884.360,72	224.977,24	-	1.109.337,96
Adiantamentos a fornecedores	2.265,01	1.050,00	(2.675,00)	640,01
Estado e outros entes públicos	115.965,68	40.552,07	-	156.517,75
Fornecedores - C/Corrente	647,10	243,82	-	890,92
Outros devedores:				
Pessoal	65.723,72	-	(31.380,66)	34.343,06
Devedores diversos (a)	2.128.589,68	151,25	(1.860.834,73)	267.906,20
	5.157.375,57	266.974,38	(2.030.363,94)	3.393.986,01

- (a) A diminuição verificada nesta rubrica respeita essencialmente ao valor pago pela Pararede à Lusa em Janeiro de 2006, no âmbito do acordo de rescisão do contrato de fornecimento de hardware, software e de prestação de serviços para a implementação da "Solução Global da Redacção".

Ajustamentos

	Saldo inicial	Aumentos	Reduções / Reversões	Utilizações	Saldo final
Ajustamentos de existências	432.183,90	59.163,96	-	-	491.347,86
Ajustamentos de dívidas a receber:					
Clientes	856.993,36	108.129,67	-	-	965.123,03
Outras dívidas de terceiros	287,60	-	-	-	287,60
	1.289.464,86	167.293,63	-	-	1.456.758,49

23. DÍVIDAS DE COBRANÇA DUVIDOSA

Em 31 de Dezembro de 2006, existiam dívidas de cobrança duvidosa registadas nas rubricas de “Clientes, conta corrente” e “Outros devedores” de 1.109.338 Euros e 424 Euros, respectivamente, que se encontravam provisionados em 965.123 Euros e 288 Euros, respectivamente.

25. DÍVIDAS ACTIVAS E PASSIVAS COM O PESSOAL

Em 31 de Dezembro de 2006, a Empresa tinha as seguintes dívidas activas e passivas com o pessoal:

Saldos devedores	34.343,06
Saldos credores	10.643,74

28. DÍVIDAS EM MORA COM O ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS

Através de requerimento apresentado em 10 de Fevereiro de 1998, a Empresa efectuou o pedido de adesão ao Decreto-Lei n.º 124/96, de 10 de Agosto tendo o mesmo sido deferido por despacho de 4 de Maio de 1998, relativamente às dívidas de IVA do ano de 1992 e posteriormente de 1993, e que em 31 de Dezembro de 2006 ascendem a 170.084,64 Euros, dado a Empresa ter assumido as responsabilidades fiscais da Agência Lusa de Informação – C.I.P.R.L.. Nos termos do plano de pagamentos reformulado em 3 de Novembro de 1999, esta dívida será paga em prestações mensais de 5.154 Euros cada, até Setembro de 2009, conforme segue (Nota 49):

2007	61.848,84

2008	61.848,84
2009	46.386,96

	108.235,80

	170.084,64
	=====

30. GARANTIAS REAIS PRESTADAS PELA EMPRESA

A Empresa assumiu, junto do Banco BPI, SA, a obrigação de não alienação ou constituição de quaisquer ónus ou encargos sobre os bens imóveis que a qualquer momento integrem o seu património, sem prévia autorização por escrito desta instituição financeira.

31. RESPONSABILIDADES ASSUMIDAS E NÃO REFLECTIDAS NO BALANÇO

Como referido na Nota 10, caso a Empresa altere a utilização dada às fracções do “Edifício Lusa” cedidas pelo Estado, este poderá ordenar a sua reversão para o domínio privado do Estado, sem direito a reembolso ou indemnização pelos montantes pagos e benfeitorias realizadas pela Empresa.

32. GARANTIAS PRESTADAS

Em 31 de Dezembro de 2006, a Empresa tinha assumido responsabilidades por garantias prestadas, como segue:

Clientes	73.872,78
Instituto de Apoio a Pequenas e Médias Empresas e ao Investimento (“IAPMEI”) (a)	488.856,85
Direcção-Geral dos Impostos (b)	3.710.950,00

	4.273.679,63
	=====

- (a) Esta garantia respeita ao Contrato de Concessão de Incentivos Financeiros no âmbito do Sistema de Incentivos à Modernização Empresarial (“SIME”) celebrado em 24 de Julho de 2001 com o IAPMEI, e destina-se a garantir o cumprimento do referido contrato, nomeadamente o reembolso dos incentivos nele previstos.
- (b) Esta garantia respeita ao processo de liquidação adicional de IVA relativo aos exercícios de 2001 e 2002 (Nota 6).

Adicionalmente, os empréstimos bancários (Nota 48) e o contrato de locação financeira celebrado com a Comercial Leasing, S.A. relativo às fracções do “Edifício Lusa” (Nota 15) são garantidos por livranças em branco subscritas pela Empresa.

34. MOVIMENTO OCORRIDO NAS PROVISÕES

Durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2006, ocorreram os seguintes movimentos nas rubricas de provisões:

	<u>Saldo inicial</u>	<u>Aumentos</u>	<u>Reduções</u>	<u>Saldo final</u>
Provisões para outros riscos e encargos:				
Processos judiciais em curso	162.081,06	-	(24.659,05)	137.422,01

A provisão registada na rubrica “Provisão para outros riscos e encargos” destina-se a cobrir as perdas estimadas em processos judiciais em curso no Tribunal do Trabalho e foi determinada com base no julgamento que deles fez o Conselho de Administração e nas informações dos advogados da Empresa, quanto ao seu desfecho.

36. COMPOSIÇÃO DO CAPITAL

Em 31 de Dezembro de 2006 o capital da Empresa, totalmente subscrito e realizado, era composto por 2.130.000 acções com o valor nominal de 2,5 Euros, cada.

37. IDENTIFICAÇÃO DE PESSOAS COLECTIVAS COM MAIS DE 20% DO CAPITAL

As seguintes pessoas colectivas detêm mais de 20% do capital subscrito em 31 de Dezembro de 2006:

<u>Nome</u>	<u>%</u>	<u>Montante</u>
DIRECÇÃO GERAL DO TESOURO	50,14	2.670.000,00
CONTROLINVEST MEDIA SGPS, S.A.	23,36	1.243.550,00
IMPRESA JORNAIS – SOCIEDADE GESTORA DE PARTICIPAÇÕES SOCIAIS, S.A.	22,35	1.190.160,00

40. MOVIMENTO OCORRIDO NAS RUBRICAS DE CAPITAL PRÓPRIO

O movimento ocorrido nas rubricas de capital próprio durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2006 foi como segue:

	Saldo inicial	Impostos diferidos (Nota 6)	Aumentos	Aplicação de resultados	Regularizações	Saldo final
Capital	10.650.000,00	-	-	-	(5.325.000,00)	5.325.000,00
Prémios de emissão de acções	1.752.775,81	-	-	-	(1.752.775,81)	-
Reservas de reavaliação	745.811,41	4.572,53	-	-	-	750.383,94
Reservas legais	106.518,97	-	-	92.815,00	(19.546,66)	179.787,31
Resultados transitados	(8.856.014,04)	(4.572,53)	-	1.763.485,08	7.095.592,92	(1.508,57)
Resultado líquido do exercício	1.856.300,08	-	1.057.676,57	(1.856.300,08)	-	1.057.676,57
	6.255.392,23	-	1.057.676,57	-	(1.729,55)	7.311.339,25

Prémios de emissão de acções: Os prémios de emissão de acções estão relacionados com aumentos de capital efectuados em exercícios anteriores, devendo ser utilizados nos termos da legislação aplicável, nomeadamente em aumentos de capital.

Reserva de reavaliação: Esta rubrica resulta da reavaliação do imobilizado corpóreo efectuada com base em avaliações técnicas de peritos (Nota 3.b)). De acordo com a legislação vigente e as práticas contabilísticas seguidas em Portugal, estas reservas não são distribuíveis aos accionistas podendo apenas, em determinadas circunstâncias, ser utilizadas em futuros aumentos do capital da Empresa ou em outras situações especificadas na legislação.

Por deliberação da Assembleia-Geral, realizada em 31 de Março de 2006, os resultados líquidos do exercício findo em 31 de Dezembro de 2005 foram transferidos para as rubricas de "Resultados transitados" e "Reservas legais".

De acordo com a deliberação da Assembleia-Geral Extraordinária da Sociedade, realizada em 30 de Novembro de 2006, foi efectuada a redução do Capital Social de 10.650.000,00 Euros para 5.325.000,00 Euros destinada a cobertura de prejuízos.

Na mesma assembleia deliberou-se ainda a cobertura dos prejuízos acumulados remanescentes, no montante de 1.772.322,47 €, do seguinte modo:

- Utilização da totalidade do saldo da rubrica "Prémios de Emissão de Acções";
- Utilização da verba remanescente da rubrica "Reservas Legais".

41. CUSTO DAS MATÉRIAS CONSUMIDAS

O custo das matérias consumidas no exercício findo em 31 de Dezembro de 2006 foi determinado como segue:

	Matérias-primas, subsidiárias e de consumo
Existências iniciais	27.305,88
Compras	102.545,31
Regularização de existências	(339,97)
Existências finais	(26.965,91)

	102.545,31
	=====

43. REMUNERAÇÃO DOS MEMBROS DOS ÓRGÃOS SOCIAIS

As remunerações atribuídas aos membros dos órgãos sociais no exercício findo em 31 de Dezembro de 2006 foram de:

Conselho de Administração	111.593,30
---------------------------	------------

Conselho Fiscal	31.027,67
Assembleia Geral	1.429,92

	144.050,89
	=====

44. PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS POR ACTIVIDADE E MERCADOS GEOGRÁFICOS

As prestações de serviços no exercício findo em 31 de Dezembro de 2006 distribuem-se por mercado geográfico da seguinte forma:

Mercado nacional	17.923.231,48
Mercado externo	424.848,84

	18.348.080,32
	=====

45. DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS FINANCEIROS

Os resultados financeiros dos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2006 e 2005 têm a seguinte composição:

	<u>2006</u>	<u>2005</u>
<u>Custos e perdas:</u>		
Juros suportados	423.486,11	508.876,25
Diferenças de câmbio desfavoráveis	18.043,35	9.278,72
Outros custos e perdas financeiras	65.969,25	59.424,98
Diferenças de conversão cambial (Nota 3.i))	3.928,29	-
	-----	-----
Resultados financeiros	511.427,00 (446.620,36)	577.579,95 (454.366,40)
	-----	-----
	64.806,64	123.213,55
	=====	=====
<u>Proveitos e ganhos:</u>		
Juros obtidos	5.799,33	4.492,85
Diferenças de câmbio favoráveis	4.996,13	23.144,38
Outros proveitos e ganhos financeiros	54.011,18	95.200,91
Diferenças de conversão cambial (Nota 3.i))	-	375,40
	-----	-----
	64.806,64	123.213,55
	=====	=====

46. DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS EXTRAORDINÁRIOS

Os resultados extraordinários dos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2006 e 2005 têm a seguinte composição:

	<u>2006</u>	<u>2005</u>
<u>Custos e perdas:</u>		
Donativos	-	1.000,00
Dívidas incobráveis	-	-
Perdas em existências	946,94	3.860,32
Perdas em imobilizações	7.749,85	437,01
Multas e penalidades	64,18	604,46
Indemnizações pagas ao pessoal	-	-
Correcções relativas a exercícios anteriores	163.101,48	59.161,50
Outros custos e perdas extraordinários	24.135,64	305.914,97
	-----	-----
Resultados extraordinários	195.998,09 (11.174,36)	370.978,26 (105.320,41)
	-----	-----
	184.823,73	265.657,84
	=====	=====
<u>Proveitos e ganhos:</u>		
Ganhos em existências	-	20,76
Ganhos em imobilizações	11.658,17	21.661,80
Reduções de provisões (Nota 34)	24.659,05	54.867,77
Correcções relativas a exercícios anteriores	16.032,58	49.357,93
Outros proveitos e ganhos extraordinários	132.473,93	139.749,58
	-----	-----
	184.823,73	265.657,84
	=====	=====

48. EMPRÉSTIMOS

Em 31 de Dezembro de 2006, o detalhe dos empréstimos obtidos era o seguinte:

	<u>Curto prazo</u>	<u>Médio e longo prazo</u>
<u>Empréstimos bancários:</u>		
Empréstimos internos	1.587.861,05	5.746.152,08
Empréstimos externos	4.909,92	8.566,34
Contas correntes caucionadas	3.256.846,81	-
	-----	-----
	4.849.617,78	5.754.718,42
	-----	-----
<u>Outros empréstimos obtidos (a)</u>	511.115,12	-
	-----	-----
	5.360.732,90	5.754.718,42
	=====	=====

Em 31 de Dezembro de 2006, os empréstimos bancários classificados a médio e longo prazo tinham o seguinte plano de reembolso previsto:

2007	1.592.770,97
2008	417.993,21
2009	215.683,75
2010	103.749,96
2011	5.017.291,50

	7.347.489,39
	=====

Em 31 de Dezembro de 2006, os empréstimos bancários venciam juros a taxas anuais compreendidas entre a Euribor a 3 meses acrescida de 0,5% e a Euribor a 3 meses acrescida de 1,375%, e estavam garantidos por livranças em branco subscritas pela Empresa.

Em 31 de Dezembro de 2006 e 2005 os créditos bancários obtidos e não sacados ascendiam a 12.954.122 Euros e 10.988.160 Euros, respectivamente.

(a) A rubrica "Outros Empréstimos Obtidos" respeita a um incentivo financeiro reembolsável previsto no Contrato de Concessão de Incentivos Financeiros, celebrado em 24 de Julho de 2001 com o IAPMEI, no âmbito do Sistema de Incentivos à Modernização Empresarial ("SIME").

49. ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS

Em 31 de Dezembro de 2006, os saldos com estas entidades tinham a seguinte composição:

Saldos devedores:

Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas:	
Pagamentos por conta	149.731,26
Retenções na fonte	6.786,49

	156.517,75
	=====

Saldos credores:

Imposto sobre o Rendimento das Pessoas	
Singulares - retenções na fonte	219.950,33
Imposto sobre o Valor Acrescentado	813.874,34
Imposto sobre o Valor Acrescentado – Plano Mateus (Nota 28)	170.084,64
Contribuições para a Segurança Social	105.522,60
Caixa de previdência dos jornalistas	269.045,52
Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas:	
Estimativa de imposto (Nota 6)	38.768,15
Outros	6.420,54

	1.623.666,12
	=====

50. ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS

Em 31 de Dezembro de 2006, os saldos destas rubricas tinham a seguinte composição:

Acréscimos de proventos:

Prestações de serviços:	
Indemnização compensatória (a)	3.556.108,54
Protocolo celebrado com a Secretaria de Estado da Comunicação Social – Rádios locais e imprensa regional (b)	634.735,80
Subsídio relativo às delegações de Jacarta, Díli, Macau e Pequim (c)	1.629.204,45
Protocolo celebrado com o Ministério da Ciência e Tecnologia (d)	249.398,95
Outros	(8.774,99)

6.060.672,75

=====

Custos diferidos:

Juros vincendos	53.421,01
Outros	225.275,22

278.696,23

=====

Acréscimos de custos:

Remunerações a liquidar	1.314.608,43
Outros	519.184,08

1.833.792,51

=====

Proventos diferidos:

Subsídios ao investimento (Nota 3.j))	4.845,91
Outros	27.149,77

31.995,68

=====

- (a) Este montante respeita essencialmente à indemnização compensatória a receber do Estado Português referente ao serviço público prestado pela Empresa no último trimestre de 2006, conforme previsto no aditamento ao Contrato de Prestação de Serviço Público celebrado com o Estado Português em 17 de Julho de 2003.
- (b) Este montante respeita à comparticipação a receber pela Empresa pela prestação de um serviço noticioso às rádios locais e imprensa regional, o qual a partir de 2001 passou a integrar o Contrato de Prestação de Serviço Público, conforme Ofício nº 1530/00 de 31 de Outubro de 2000, do Gabinete do Secretário de Estado da Comunicação Social.
- (c) Este montante respeita à comparticipação a receber pela Empresa pela manutenção de delegações em Jacarta, Díli, Macau e Pequim nos anos de 1999 e 2000, e que a partir de 2001 passaram a integrar o Contrato de Prestação de Serviço Público, conforme Ofício nº 1530/00 de 31 de Outubro de 2000 do Gabinete do Secretário de Estado da Comunicação Social.
- (d) Este montante respeita à comparticipação do Ministério da Ciência e Tecnologia nos custos de divulgação do serviço noticioso no *site* da Empresa, conforme protocolo estabelecido com aquela entidade em 15 de Julho de 1998.

51. CONTINGÊNCIAS

Em 31 de Dezembro de 2006, encontram-se a decorrer contra a Empresa diversas acções interpostas por terceiros, que reclamam um total de 3.231.612 Euros (incluindo o processo em sede de IVA descrito na Nota 6), cujos montantes e desfechos não são conhecidos à data de preparação das demonstrações financeiras. Na opinião do Conselho de Administração e dos advogados da

Empresa, não se prevê que dessas acções venham a resultar responsabilidades de valores significativos, que não se encontrem cobertas por provisões registadas nas demonstrações financeiras em 31 de Dezembro de 2006 (Nota 34).

52. NOTAS EXPLICATIVAS À DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR FUNÇÕES

No exercício findo em 31 de Dezembro de 2006, na elaboração desta demonstração, foram seguidos os seguintes critérios:

- a) A rubrica “Custo das prestações de serviços” da demonstração dos resultados por funções (“DRF”) inclui diversas rubricas da demonstração de resultados por naturezas (“DRN”), nomeadamente: “Fornecimentos e serviços externos”, “Custo das existências vendidas, consumidas ou exibidas” e “Custos com o pessoal”.
- b) A rubrica “Custo de distribuição” da DRF inclui diversas rubricas da DRN, nomeadamente: “Fornecimentos e serviços externos” e “Custos com o pessoal” relacionadas com a área comercial.
- c) A rubrica de “Custos administrativos” da DRF inclui diversas rubricas da DRN, nomeadamente: “Fornecimentos e serviços externos” e “Custos com o pessoal” relacionadas com a área administrativa e financeira.

53. CAIXA E SEUS EQUIVALENTES

Nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2006 e 2005, os componentes de caixa e seus equivalentes tinham a seguinte composição:

	<u>2006</u>	<u>2005</u>
Caixa	65.055,78	103.780,61
Depósitos à ordem	383.380,51	277.945,95
	-----	-----
	448.436,30	381.726,56
	=====	=====

54. EVENTOS SUBSEQUENTES À DATA DE BALANÇO

O registo da deliberação mencionada na nota 40 acima foi efectuado em 9 de Janeiro de 2007.

O TÉCNICO OFICIAL DE CONTAS

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

LUSA-AGÊNCIA DE NOTÍCIAS DE PORTUGAL, SA

**DEMONSTRAÇÃO DA VARIAÇÃO DOS
FUNDOS CIRCULANTES**

E

**DEMONSTRAÇÃO DA ORIGEM E
APLICAÇÃO DE FUNDOS**

RELATÓRIO & CONTAS 2006

LUSA - AGÊNCIA DE NOTÍCIAS DE PORTUGAL, S.A.

DEMONSTRAÇÃO DA VARIAÇÃO DOS FUNDOS CIRCULANTES

PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2006

(Montantes expressos em Euros)

<p>Aumentos das Dívidas de Terceiros a Curto Prazo: Estado e outros entes públicos Fornecedores - C/Corrente Acréscimos e diferimentos</p>	<p>40.552,07 249,82 <u>3.457.697,75</u></p>	<p>Diminuições das Dívidas de Terceiros a Curto Prazo: Estado e outros entes públicos Fornecedores - C/Corrente Empréstimos bancários Outros empréstimos obtidos Estado e outros entes públicos Outros devedores e credores Acréscimos e diferimentos</p>	<p>3.488.493,64</p>	<p>Diminuições das Existências: Matérias primas, subsidiárias e de consumo</p>	<p>339,97</p>	<p>339,97</p>
<p>Diminuições das Dívidas a Terceiros a Curto Prazo: Clientes - C/Corrente Adiantamentos a fornecedores Outros devedores e credores Acréscimos e diferimentos</p>	<p>95.535,10 3.232.265,09 43.592,90 169.013,19 68.753,18 <u>70.161,42</u></p>	<p>Aumentos das Dívidas a Terceiros a Curto Prazo: Outros devedores e credores Clientes - C/Corrente Acréscimos e diferimentos</p>	<p>3.679.320,88</p>	<p>Diminuições das Existências: Clientes - C/Corrente Outros devedores e credores Acréscimos e diferimentos</p>	<p>135.473,55 1.625,00 1.892.215,39 <u>424.675,77</u></p>	<p>135.473,55 1.625,00 1.892.215,39 <u>424.675,77</u></p>
<p>Aumentos das Disponibilidades: Depósitos à ordem</p>	<p>105.434,57 <u>105.434,57</u></p>	<p>Diminuições das disponibilidades: Caixas</p>	<p>38.724,83</p>	<p>Diminuições das disponibilidades: Caixas</p>	<p>45.902,24 1.705,02 <u>308.775,88</u></p>	<p>45.902,24 1.705,02 <u>308.775,88</u></p>
<p>Aumento dos Fundos Circulantes</p>	<p><u><u>7.283.249,09</u></u></p>	<p>Aumento dos Fundos Circulantes</p>	<p>38.724,83</p>	<p>Aumento dos Fundos Circulantes</p>	<p>38.724,83</p>	<p>38.724,83</p>
	<p><u>4.433.811,64</u> <u>7.283.249,09</u></p>				<p>4.433.811,64 <u>7.283.249,09</u></p>	<p>4.433.811,64 <u>7.283.249,09</u></p>

O Técnico Oficial de Contas

O Conselho de Administração

O anexo faz parte integrante da variação dos fundos circulantes em 31 de Dezembro de 2006.

LUSA - AGÊNCIA DE NOTÍCIAS DE PORTUGAL, S.A.

DEMONSTRAÇÃO DA ORIGEM E DA APLICAÇÃO DE FUNDOS

PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2006

(Montantes expressos em Euros)

O R I G E M		A P L I C A Ç Ã O	
Internas:		Diminuição dos capitais próprios:	
Resultado líquido	1.057.676,57	Capital	5.325.000,00
Amortizações do exercício	821.408,43	Prémios de emissão de ações	1.752.775,81
Regularização de amortizações	39,11	Reservas	19.546,66
Varição de provisões e de ajustamentos:		Resultados transitados	<u>6.302,08</u>
Ajustamentos de dívidas a receber	108.129,67		7.103.624,55
Ajustamentos de existências	59.163,96	Movimentos Financeiros a Médio e Longo Prazo:	
Provisões para processos judiciais em curso	<u>(24.659,05)</u>	Aumentos das dívidas de terceiros a médio e longo prazo:	
	2.021.758,69	Clientes de cobrança duvidosa	224.977,24
		Outros devedores e credores	<u>151,25</u>
			225.128,49
Externas:		Diminuições das dívidas a terceiros a médio e longo prazo:	
Aumentos dos capitais próprios:		Fornecedores de imobilizado - C/Corrente	110.614,72
Reservas	4.572,53	Estado e outros entes públicos	<u>61.848,84</u>
Resultados transitados	<u>7.097.322,47</u>		172.463,56
	7.101.895,00	Aumentos de Imobilizações:	
Movimentos financeiros a médio e longo prazo:		Imobilizado incorpóreo:	
Aumentos das dívidas a terceiros a médio e longo prazo:		Despesas de investigação e desenvolvimento	13.000,00
Empréstimos bancários	3.850.783,13	Imobilizado corpóreo:	
		Equipamento básico	513.736,66
		Equipamento de transporte	40.857,47
		Equipamento administrativo	<u>3.185,21</u>
		Imobilizações em curso:	478.579,15
			478.579,15
		Aumento dos Fundos Circulantes	
			<u>4.433.811,64</u>
			<u><u>12.984.386,75</u></u>

O Técnico de Contas,

O Conselho de Administração

LUSA-AGÊNCIA DE NOTÍCIAS DE PORTUGAL, SA

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

RELATÓRIO & CONTAS 2006

LUSA - AGÊNCIA DE NOTÍCIAS DE PORTUGAL, S.A.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2006 E 2005

(Montantes expressos em Euros)

	EXERCÍCIOS	
	2006	2005
Actividades operacionais:		
Resultado líquido de exercício	1.057.676,57	1.856.300,08
Ajustamentos:		
Amortizações e ajustamentos	988.741,17	1.005.609,75
Provisões	(24.659,05)	72.578,28
Resultados financeiros	436.533,33	493.921,58
Aumentos das dívidas de terceiros	(286.924,38)	(832.372,09)
Diminuição das dívidas de terceiros	2.029.313,94	46.614,27
Aumentos das existências	-	-
Diminuição das existências	339,97	4.059,71
Aumentos das dívidas a terceiros	47.607,26	425.087,92
Diminuição das dívidas a terceiros	(171.473,52)	207.976,77
Diminuição dos proventos diferidos	(65.588,89)	(33.247,23)
Aumento dos acréscimos de proventos	(3.444.791,72)	1.264.635,12
Diminuição dos custos diferidos	(12.906,03)	(13.386,55)
Aumentos dos acréscimos de custos	308.775,68	2.818,38
Aumentos dos activos por impostos diferidos	-	-
Aumentos dos passivos por impostos diferidos	-	-
Diminuição dos activos por impostos diferidos	424.675,77	465.891,42
Diminuição dos passivos por impostos diferidos	(4.572,53)	(4.572,54)
Ganhos na alienação de imobilizações	(10.122,90)	(14.716,94)
Perdas na alienação de imobilizações	-	0,01
Fluxo das Actividades Operacionais [1]	235.948,10	3.090.897,86
	1.293.624,67	4.947.197,94
Actividades de investimento:		
Recebimentos provenientes de:		
Investimentos financeiros	-	-
Imobilizações corpóreas	20.072,83	24.916,81
Imobilizações incorpóreas	-	-
Juros e proventos similares	-	-
Dividendos	-	-
	20.072,83	24.916,81
Pagamentos respeitantes a:		
Investimentos financeiros	(1.729,55)	(1.123,01)
Imobilizações corpóreas	(1.036.358,51)	(345.271,91)
Imobilizações incorpóreas	(13.000,00)	(247.932,00)
Fluxo das Actividades de Investimento [2]	(1.051.088,06)	(594.326,92)
	(1.031.015,23)	(569.410,11)
Actividades de financiamento:		
Recebimentos provenientes de:		
Empréstimos obtidos	3.876.560,91	402.758,72
	3.876.560,91	402.758,72
Pagamentos respeitantes a:		
Empréstimos obtidos	(3.301.635,77)	(4.071.080,03)
Amortização de contratos de locação financeira	(334.291,51)	(307.048,39)
Juros e custos similares	(423.486,11)	(507.787,24)
Fluxo das Actividades de Financiamento [3]	(4.059.413,39)	(4.885.915,66)
	(182.852,48)	(4.483.166,94)
Variação de caixa e seus equivalentes [4] = [1] + [2] + [3]	79.756,96	(105.369,12)
Efeito das diferenças de câmbio	(13.047,22)	13.865,66
Caixa e seus equivalentes no início do período	381.726,56	473.230,01
Caixa e seus equivalentes no fim do período	448.436,30	381.726,55

O Técnico Oficial de Contas

O Conselho de Administração

O anexo faz parte integrante da demonstração dos fluxos de caixa para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2006.

LUSA-AGÊNCIA DE NOTÍCIAS DE PORTUGAL, SA

ANEXO À DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

RELATÓRIO & CONTAS 2006

2. DISCRIMINAÇÃO DOS COMPONENTES DE CAIXA E SEUS EQUIVALENTES

	Euros	
	2006	2005
Numerário:	65.055,78	103.780,61
Depósitos bancários imediatamente mobilizáveis:	383.380,51	277.945,95
Equivalentes a caixa:		
Caixa e seus equivalentes		
Outras disponibilidades		
Disponibilidades constantes do balanço:	448.436,30	381.726,56

3. INFORMAÇÃO RESPEITANTE À ACTIVIDADE FINANCEIRA NÃO MONETÁRIA

a) Montante dos créditos bancários obtidos e não sacados

	Euros	
	2006	2005
Montante dos créditos bancários obtidos e não sacados:	12.954.121,65	10.988.159,76

O TÉCNICO OFICIAL DE CONTAS

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

LUSA-AGÊNCIA DE NOTÍCIAS DE PORTUGAL, SA

**III. RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL E
CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS**

RELATÓRIO & CONTAS 2006

RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL

Senhores Accionistas,

Nos termos do mandato que nos foi conferido e em cumprimento do disposto no artigo 420º do Código das Sociedades Comerciais, cumpre-nos apresentar o Relatório e formular o Parecer sobre o Relatório de Gestão, Balanço, as Demonstrações dos Resultados, por naturezas e por funções, a Demonstração dos Fluxos de Caixa e os respectivos Anexos, bem como sobre a Proposta de Aplicação de Resultados, apresentados pelo Conselho de Administração da **LUSA – AGÊNCIA DE NOTÍCIAS DE PORTUGAL, S.A.**, relativamente ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2006.

O Conselho Fiscal efectuou, ao longo do período do exercício de 2006 em que exerceu o seu mandato, reuniões mensais para análise da evolução da gestão e debate, sempre que justificável, com o Presidente do Conselho de Administração, dos assuntos mais relevantes decorrentes da avaliação efectuada e esclarecimento das diversas questões suscitadas.

O Conselho Fiscal procedeu ainda à elaboração de Relatórios Trimestrais, suportados nos trabalhos de auditoria desenvolvidos pela Sociedade de Revisores Oficiais de Contas que integra o Órgão, onde expressou a síntese das acções desenvolvidas, dos quais foi dado conhecimento ao Conselho de Administração e aos Senhores Accionistas.

Sempre que solicitado, o Conselho Fiscal participou ainda nas reuniões do Conselho de Administração, tendo expressado a sua opinião face às diversas questões que lhe foram suscitadas.

No âmbito do processo de encerramento das contas do exercício, o Conselho Fiscal analisou o Relatório de Gestão e os demais Documentos de Prestação de Contas apresentados pelo Conselho de Administração, tendo procedido às verificações e obtenção de esclarecimentos que entendeu convenientes. Na sua opinião, tais documentos satisfazem os preceitos legais e do contrato de sociedade e revelam adequadamente a situação da Sociedade em 31 de Dezembro de 2006.

O Conselho Fiscal apreciou ainda a Certificação Legal das Contas emitida pela Sociedade de Revisores Oficiais de Contas que integra este Órgão, expressando a sua concordância com o respectivo teor, nos termos do nº 2 do artigo 452º do Código das Sociedades Comerciais.

Face ao trabalho desenvolvido, de acordo com o exposto, e tendo em consideração, designadamente, o exposto na Certificação Legal das Contas, somos de parecer que os Senhores Accionistas da **LUSA – AGÊNCIA DE NOTÍCIAS DE PORTUGAL, S.A.**

- (a) Aprovelem o Relatório de Gestão e os demais Documentos de Prestação de Contas, referentes ao exercício de 2006, apresentados pelo Conselho de Administração;
- (b) Apreciem a Proposta de aplicação de resultados expressa pelo Conselho de Administração no seu Relatório de Gestão, a qual está em conformidade com as disposições legais aplicáveis e estatutárias aplicáveis;
- (c) Procedam à apreciação geral da Administração e da Fiscalização da Sociedade, nos termos previstos no artigo 455º do Código das Sociedades Comerciais.

Lisboa, 27 de Fevereiro de 2007

O Conselho Fiscal

Presidente

Dra. Maria Leonor Saldanha Pereira Carreira da Cunha Torres

Vogais

Dr. João António Oliveira Pires

Vitor Almeida & Associados, SROC, Lda.
Representada por:

Dr. Vitor Manuel Batista de Almeida

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

INTRODUÇÃO

1. Examinámos as demonstrações financeiras da **LUSA – AGÊNCIA DE NOTÍCIAS DE PORTUGAL, S.A.**, as quais compreendem o Balanço em 31 de Dezembro de 2006, (que evidencia um total de balanço de 23.786.773 euros e um total de capital próprio de 7.311.339 euros, incluindo um resultado líquido de 1.057.677 euros), as Demonstrações dos resultados por naturezas e por funções e a Demonstração dos fluxos de caixa do exercício findo naquela data, e os correspondentes Anexos. Estas demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

RESPONSABILIDADES

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da Empresa, o resultado das suas operações e os fluxos de caixa, bem como a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.
3. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

ÂMBITO

4. Excepto quanto ao descrito nos parágrafos 7 a 9, o exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu:
 - a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação;
 - a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;

- a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; e
 - a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras.
5. O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.
 6. Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

RESERVAS

7. Conforme referido na alínea d) da Nota 3 do Anexo às Demonstrações Financeiras, os Subprodutos, Desperdícios, Resíduos e Refugos, no montante líquido de 2.466.853 euros, referem-se ao arquivo de imagem, na sua grande parte decorrente da aquisição, em 1997, à Agência Lusa de Informação, CIPRL. O arquivo então adquirido foi objecto de avaliação, realizada naquela data por uma entidade externa, sendo o saldo bruto existente no início de cada ano objecto de ajustamento a uma taxa de 2%, de que resultou o reconhecimento de um custo, no presente exercício, de 59.164 euros. Contudo, dadas as condições actuais de mercado e os proveitos gerados no passado recente com a cedência de imagens integrantes deste arquivo, não é possível determinar se, e em que medida, os benefícios económicos futuros gerados por este arquivo serão susceptíveis de assegurar a recuperação do valor líquido deste activo.
8. Encontram-se posicionados em Acréscimo de Proveitos 1.629.204 euros, referentes a despesas suportadas pela Lusa com as Delegações de Jacarta, Dili, Macau e Pequim, em 2000, na sequência de instruções transmitidas à data por um ofício da Secretaria de Estado da Comunicação Social, a que acresce parte da dívida de uma outra Entidade Pública, no montante de 177.548 euros, posicionada em contas a receber, montantes estes que, de acordo com um relatório recente, elaborado pela Inspeção Geral de Finanças, carecem de suporte contratual adequado para suportar os créditos reclamados. Apesar do Conselho de Administração da Lusa entender que lhe assiste pleno direito ao recebimento destes créditos, no montante global de 1.856.752 euros, desconhece-se se, e quando, os mesmo virão a ser recebidos, bem como se existirá, ou não, alguma sobreavaliação do activo e dos capitais próprios.
9. Conforme referido nas Notas 6 e 32, alínea b), encontram-se pendentes de decisão judicial os recursos apresentados pelo Conselho de Administração, na sequência das correcções efectuadas

pela Administração Fiscal, por considerar que as indemnizações compensatórias relativas aos exercícios de 2001 e 2002 estavam sujeitas a tributação em sede de IVA. Os montantes envolvidos, incluindo juros, ascendem a cerca de 2,8 milhões de euros, não se encontrando constituída qualquer provisão. Embora o processo de execução fiscal se encontre suspenso, dado que a Lusa prestou garantia bancária, conforme referido na Nota 32 do Anexo, desconhece-se em que medida as contas da Sociedade poderão ser afectadas pelo desfecho deste processo judicial.

OPINIÃO

10. Em nossa opinião, sujeito aos ajustamentos que poderiam revelar-se necessários caso não existissem as limitações descritas nos parágrafos 7 a 9, as demonstrações financeiras referidas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira da **LUSA – AGÊNCIA DE NOTÍCIAS DE PORTUGAL, S.A.**, em 31 de Dezembro de 2006, o resultado das suas operações e os fluxos de caixa no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

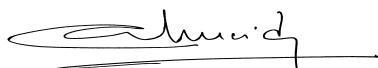
ÊNFASES

- 11 Sem afectar a opinião expressa no parágrafo anterior, chamamos a atenção para o facto deste ter sido o primeiro exercício em que procedemos à revisão legal das contas da Sociedade, tendo as demonstrações financeiras do exercício de 2005 sido auditadas por uma outra sociedade de Revisores Oficiais de Contas.

Lisboa, 27 de Fevereiro de 2007

VITOR ALMEIDA & ASSOCIADOS, SROC, Lda.

Representada por:



Vitor Manuel Batista de Almeida